

Operação Lava Jato

Gilmar dá apoio à decisão de Toffoli que anulou provas da leniência da Odebrecht

Ministro se manifesta em sessão da 2.ª Turma que suspendeu análise de recursos contra a medida até que termine o prazo de conciliação

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), adiantou ontem que está inteiramente de acordo com a decisão do colega Dias Toffoli que anulou provas da Odebrecht (atual Novonor). O decano do STF também sinalizou que vê irregularidades na negociação dos acordos com a extin-

ção da força-tarefa da Operação Lava Jato, como alegam as empresas envolvidas.

"Segundo a estratégia da força-tarefa, o combate à corrupção exigia o emprego de métodos clandestinos e o desapego às amarras legais", disse Gilmar na sessão da Segunda Turma. "A fórmula já é conhecida. A força-tarefa pedia a prisão cautelar dos empresários para forçá-los a assinar acordos. A negociação, a moeda de troca, eram a liberdade da pessoa e a subsistência da empresa. E a estratégia deu certo."

Empresas como J&F e Odebrecht, que confessaram cor-

rupção e se comprometeram a pagar multas bilionárias para encerrar processos e investigações, alegam agora que foram coagidas a assinar os acordos para garantir sua sobrevivência financeira e institucional.

Gilmar lidera a ala contrária à Lava Jato no STF, que impôs derrotas aos protagonistas da operação. Entre elas, a que reconheceu a suspeição do ex-juiz Sérgio Moro para julgar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O debate foi travado no julgamento de recursos contra a decisão de Toffoli que anulou as provas do acordo da Odebrecht.

Os ministros da Segunda Turma decidiram adiar a votação para aguardar o resultado das negociações para a repactuação das leniências, autorizada pelo ministro André Mendonça após audiência de conciliação realizada anteontem.

SUIÇA. Gilmar mencionou a cooperação internacional firmada entre procuradores da Lava Jato e autoridades da Suíça. Mensagens trocadas entre membros da força-tarefa, obtidas na Operação Spoofing, que prendeu os hackers da Lava Jato, citam que cópias digitais dos sistemas da Odebrecht

(Drousys e MyWebDay) foram enviadas da Europa e transportadas em sacolas plásticas. "A clandestinidade estava no DNA da Lava Jato. Métodos obscuros foram utilizados para obter, na Suíça, cópias dos sistemas eletrônicos da Odebrecht", afirmou o decano. Esse foi um dos argumentos usados por Toffoli para fundamentar a anulação das provas.

Em entrevista ao **Estadão**, em setembro de 2023, o ex-procurador Stefan Lenz, responsável pelas investigações da Lava Jato na Suíça, negou ter compartilhado documentos ilegalmente. O Ministério da Justiça também confirmou que houve pedido formal de cooperação jurídica internacional com a Suíça. Governo, STF e Conselho Nacional de Justiça (CNJ) investigam se houve adulteração do conteúdo dos sistemas de Odebrecht para direcionar delações. ● RAYSSA MOUTA

LEILÃO ONLINE DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE IMÓVEL

APARTAMENTO VILA CARMOZINA, SÃO PAULO/SP

LOCALIZADO ENTRE A AV. ITAQUERA E A AV. JACU-PÊSSEGO.
PRÓXIMO A FACULDADES, MERCADOS, SHOPPINGS E PARQUES.
DIVERSOS RESTAURANTES, LOJAS E BANCO NO ENTORNO.



APARTAMENTO RESIDENCIAL, LOCALIZADO NA RUA FONTOURA XAVIER, Nº 204, EDIFÍCIO CHAMONIX, APARTAMENTO Nº 61. MELHOR DESCRITO E CARACTERIZADO NA MATRÍCULA SOB Nº 265.343 DO 9º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO PAULO/SP. INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 144.124.0022-1. OCUPADO. INF: (11) 2464-6460.



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244

WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.
Flavio Cunha Sodre Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 581



1º LEILÃO:
ENCERRAMENTO: 13/03/2024 · 13H

LANCE MÍNIMO

R\$ 246.761,55

2º LEILÃO:
ENCERRAMENTO: 27/03/2024 · 13H

LANCE MÍNIMO

R\$ 198.638,67



SODRÉ SANTORO
45 anos

Turma do STF arquiva inquérito que mirava Aécio

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal arquivou ontem inquérito aberto pela Procuradoria-Geral da República (PGR) para investigar se o deputado Aécio Neves (PSDB-

MG) recebeu propinas da OAS no Programa de Eletrificação Rural "Luz Para Todos".

A investigação foi aberta em 2020 a partir da delação de ex-executivos da OAS. Os mi-

nistros concluíram que, após quatro anos, não foram encontradas provas para corroborar as informações prestadas pelos delatores ou para justificar a continuidade do inquérito.

Apenas o ministro Edson Fachin, relator das investigações e ações penais derivadas da Operação Lava Jato, votou contra o arquivamento do caso. Ele defendeu o envio da investigação para a Justiça Federal em Minas Gerais.

A defesa de Aécio disse que

a decisão demonstra, "mais uma vez, a covardia e a falsidade das acusações feitas contra o parlamentar". "Essas falsas acusações são resquícios de uma época em que o estado democrático de direito foi atacado e ameaçado pelo projeto de poder de alguns". ● R.M.